

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO
2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, NO AUDITÓRIO DA
3 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

4 Aos dezoito dias do mês de março de mil, novecentos e noventa e nove, realizou-se a reunião extraordinária
5 do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:45 horas, o secretário geral Roberto dos Santos, inicia a reunião
6 comunicando a pauta, sendo a seguinte: 1 – Assessoria do CMS/BH; 2 – Esclarecimento do Secretário
7 Municipal de Saúde, Marílio Malagutti, sobre a devolução do funcionário Paulo Roberto Venâncio Carvalho
8 à DMS, seu órgão de origem; 3 – Discussão sobre a Mesa Diretora. Em seguida o secretário geral inicia a
9 reunião com os informes, e fala que o Secretário Marílio via permanecer na reunião até às 16:45 horas, pois
10 terá uma reunião com o prefeito Célio de Castro, às 17:00 horas. Em seguida o secretário geral informa que a
11 conselheira Maria das Dores será substituída pela conselheira Rosângela por indicação da CUT, sendo
12 efetiva Rosângela e suplente Maria das Dores, justifica a ausência das conselheiras Marilza Siléia e Maria do
13 Carmo. Em seguida passa a palavra ao conselheiro Garcia que denuncia que o Pronto Socorro Venda Nova
14 está para fechar por falta de recursos e cobra da mesa uma reunião com o Secretário do Estado de Saúde para
15 discutir a questão do Pronto Socorro de Venda Nova e informa que o Ministério da Saúde vai mandar novos
16 recursos para as maternidades públicas. A conselheira Maria Josefina pede à Mesa Diretora que consulte a
17 SMSA, sobre a porcentagem do Iodo no sal de cozinha. O conselheiro Geraldo Mossem informa que a
18 SMSA vai apresentar à CTCA o novo projeto do Ministério da Saúde sobre novos equipamentos para a
19 maternidade pública que atende partos de riscos em BH. O conselheiro Anésio denuncia que existe um
20 lobby da rede privada contra o Secretário Municipal de Saúde, nos usando para manter a divisão no
21 Conselho e revoltar contra o secretário. O conselheiro José Osvaldo informa que o Projeto de Gestão de
22 Parto de Alto Risco, já chegou à Secretaria Executiva e foi passado para a Mesa Diretora. O secretário geral
23 Roberto dos Santos, agradece a todos que o ajudaram no acompanhamento da doença de seu pai, em seguida
24 passa para o primeiro ponto de pauta que é a assessoria do CMS/BH, o conselheiro e secretário adjunto
25 Apolo Henriger, a pedidos do secretário geral explica sobre a questão da assessoria do CMS, coloca que a
26 uns meses atrás o secretário geral Roberto pediu a SMSA uma assessoria e a SMSA atendeu e está disposta a
27 atender, nós discutimos a questão salarial com a Rosalina e isso não foi o problema, nós colocamos para ela a
28 questão de oito horas, ela não aceitou, ela queria quatro horas, aí chegamos num acordo de 6 horas, não
29 como Psicóloga, seria como assessora ao CMS, e nos colocamos que dentro, dessas 6 horas, 4 horas ela
30 ficaria na Secretaria Executiva do CMS e duas horas junto ao presidente do CMS, Marílio Malagutti, pois
31 achamos que a presidência do Conselho estava tendo pouca assessoria para compreendermos o mecanismo
32 de funcionamento do Conselho e ela não quis e posicionou contrário ao trabalho na assessoria da presidência
33 do CMS, ela confundiu ao meu ver a presidência do CMS com a SMSA, muitas vezes cometemos erros de
34 encaminhamentos por erros burocráticos e ela poderia ter nos ajudado, dando essa assessoria para a qual ela
35 foi contratada, aí colocamos então que não nos interessaria ela fazer seis horas, ela poderia trabalhar quatro
36 horas na Secretaria Executiva do CMS e rever a questão salarial combinado antes, passando dos 800 reais
37 para 400 reais, trabalhando quatro horas no CMS, a partir do momento que foi feito esta proposta ela não
38 concordou, dizendo que não interessaria para ela e nós também não interessamos mais que ela continue, se
39 for o caso propor ao CMS a vinda de outra pessoa para fazer essa assessoria. A assessora Rosalina, pede o
40 testemunho do secretário geral Roberto dos Santos que participou das negociações com o Secretário Adjunto
41 Apolo, porque na verdade ele entrou na questão financeira, e eu não gostaria nem de entrar, porque a questão
42 financeira é um dos pontos contraditórios que ocorrem desde o primeiro momento, que o secretário geral
43 Roberto é testemunha, mas já que ele entrou, para esclarecer, para mim não seria a questão financeira e nem
44 mesmo a questão do papel, do meu papel na assessoria do CMS e na assessoria do gabinete, para mim o
45 importante é uma escolha que o CMS, tem na minha opinião, deveria ter autonomia de fazer seus assessores,
46 acho que isso que deveria ser discutido, que isso deveria ser a pauta, mas já que foi dado um esclarecimento,
47 eu gostaria de esclarecer tudo para que fique bem esclarecido, eu vim aqui, chamado pelo secretário geral
48 Roberto, que o CMS tinha aprovado que eu viria trabalhar no CMS, como assessora, eu estava aposentada
49 desde Junho, trabalhava no CMS e fui conselheira desde o primeiro Conselho, a partir do segundo ano e
50 depois trabalhei no Conselho como funcionária até me aposentar, então o secretário geral Roberto me
51 chamou, eu vim conversar com o Secretário Adjunto, Apolo, na conversa ele me disse o seguinte, gostaria
52 que o secretário geral confirmasse, Rosalina nós vamos contratar você por quatro horas, eu não tinha feito
53 exigência nenhuma, foi ele que disse que iria me contratar por quatro horas pela FUNDEP, a única questão
54 que eu levantei para ele, foi que eu que achava que pela FUNDEP não poderia, pelo fato de eu ter sido

55 funcionária pública, aposentada e a FUNDEP é uma Fundação Pública, e ele disse que não tem este
56 problema. Pede a confirmação do Roberto e o mesmo confirma, então ele telefonou para o Diretor
57 Administrativo Dr. Bruno na época, na nossa presença e disse o seguinte: “Bruno, pessoa que eu nem
58 conhecia, estamos aqui com a Rosalina, que vai ser contratada para assessoria do CMS/BH por quatro horas,
59 aí ele disse para nós assim, vocês vão lá embaixo, está tudo acertado, ele disse ao Dr. Bruno, diretor
60 administrativo da SMSA, já conversei com o Dr. Marílio e estamos de acordo, vai ser um contrato de quatro
61 horas, eu cheguei lá o Dr. Bruno fez as contas e disse que quatro horas pela FUNDEP são mil reais e alguns
62 trocados, está tudo certo, agora é formalizar com o Dr. Marílio e amanhã eu telefono para você vir trabalhar,
63 quando foi outro dia para minha surpresa o Dr. Bruno não me ligou, para minha surpresa, quem ligou foi o
64 Roberto dizendo que havia mudado tudo, que o Secretário Adjunto teria falado que o contrato teria de ser
65 oito horas e que o salário seria 800 reais, ainda coloquei nenhuma por objeção ao salário, apesar do Dr.
66 Bruno ter falado em 1.400 reais eu não tinha nenhum problema com a questão salarial, acho que o Conselho
67 merecia, e pelo Conselho eu trabalharia até de graça, eu falei isso também para ele, só acho que a Secretaria
68 Executiva do CMS tem que se profissionalizar, por isso, eu quis um contrato formal, questão salarial não iria
69 discutir, não aceito trabalhar oito horas, foi o que eu disse, porque ele falou em quatro horas e trabalhei a
70 vida inteira seis horas, eu não vou aceitar trabalhar oito horas, não estava colocando a questão de diminuição
71 do salário, mas coloquei sim, a questão de que eu não trabalharia oito horas, o Secretário Adjunto disse que
72 eu tinha que trabalhar quatro horas no CMS e duas horas no gabinete, eu disse não aceito essas duas coisas,
73 não aceito trabalhar oito horas e não aceito trabalhar no gabinete pelos motivos que já coloquei aqui na
74 reunião anterior, no meu entendimento era incompatível o órgão que controla e o órgão controlado, não
75 podem ter o mesmo assessor, é a minha visão, é o meu ponto de vista, eu quis respeitar, eles não eram
76 obrigados a me contratar, eu coloquei a minha condição, coloquei sim, não trabalho no gabinete, aí o Roberto
77 me comunicou que poderia conversar com a Paola, fui conversar com a Paola e ela me disse, tudo bem você
78 irá trabalhar seis horas, o Secretário já concordou, vai trabalhar seis hora por 800 reais, eu disse tudo bem, eu
79 não vou trabalhar no gabinete, a Paola disse não vai trabalhar no gabinete. No primeiro dia que eu fui
80 apresentar ao Secretário Adjunto ele disse, você não quis trabalhar no gabinete, eu expliquei que faria sim,
81 assessoria a ele e ao Secretário, enquanto conselheiros, aí ele me disse o seguinte, você insiste que nós
82 somos conselheiros igual aos outros, nós não somos, nós somos especiais, porque nós representamos 800
83 mil votos, foi o que ele me disse, eu disse o seguinte, eu sou assessora do CMS, e tudo que o gabinete
84 precisar de mim eu farei enquanto assessora do CMS, eu sempre fiz pelo César Campos, com a Lídia e com
85 Dr. Athos e o Faustinho, sempre que todos eles precisaram de mim estive a disposição enquanto funcionária
86 e como assessora muito mais, eu tenho conhecimento e sou estudiosa sobre Conselho, sempre tive um maior
87 empenho em fortalecer o Controle Social, sempre investi muito no que os Conselheiros conhecesse o
88 Controle Social, Legislação, tudo sobre o Controle Social, mas claro, principalmente que os Secretários de
89 Saúde, os conheça, até para aprender respeitar o Controle Social, eu não me recusei em nenhum momento a
90 dar assessoria ao gabinete, eu me recusei a trabalhar no gabinete e continuo reafirmado que continua
91 incompatível, qualquer pessoa que vier aceitar essa condição, no meu entendimento estará aceitando uma
92 condição espúria, aceitando uma condição de promiscuidade, porque não é na minha opinião não é uma
93 relação legítima, uma pessoa trabalhar nos dois órgãos, então houve essa questão e o secretário me chamou
94 agora poucos dias para dizer que eu não estava trabalhando no gabinete, que iria diminuir o meu salário pela
95 metade, aí eu disse, passa até pela questão que reduza o meu salário, ainda mais que me reduza pela metade
96 não aceito, só que o Roberto me pediu um prazo, eu já me coloco demitida, mas vou continuar, pois o
97 Roberto pediu um prazo eu disse que não conversar mais sobre esse assunto, aí eu continue até o dia, que eu
98 recebi em minha casa um telefone do José Osvaldo me comunicando que o Secretário me demitiu. Em
99 seguida o Secretário Marílio Malagutti coloca que a SMSA, o Secretário e o CMS não devem ter objetivo
100 comuns, subordinados ao interesse da população para cumprir um projeto, uma ação, etc., quando há
101 disvirtuamento disto, eu acho que há promiscuidade e principalmente promiscuidade política, partidária, etc.,
102 isto é, intolerável, isto atrapalha todo mundo, fazem com que as reuniões do Conselho sejam para discutir
103 casos individuais, quando nós temos problemas seríssimo de saúde, como questões sérias que não foram
104 discutidos no Conselho, como o BH-Saúde, as principais doenças da cidade, a crise financeira, o
105 desabastecimento de medicamentos e outras coisas a mais que estamos enfrentando e temos que responder no
106 CMS, agora essa situação não vejo como situação promíscua a não ser quando existe algum tipo de
107 preconceito político em relação a missão de um secretário, de um conselheiro, que deve ser mais ou menos, ir
108 ao encontro um do outro, não ser contra, um órgão fiscalizador, que ajuda nas deliberações, nunca pode ser

109 visto como algo conflituoso. A SMSA é um órgão executivo, o Secretário Municipal de Saúde é um agente
110 executor do trabalho de preposição de trabalho que obedece determinações de compromisso gerencial,
111 político do prefeito, que aí assim recebeu 800 mil votos, eu sou representante do prefeito aqui, queira eu ou
112 não, eu tenho de cumprir programa de governo, eu que vou te dizer que a SMSA vai ter que ficar com 5.000
113 ou 10.000 funcionários, eu vou ter que assumir a responsabilidade política disto, o papel do Secretário e da
114 SMSA inclusive é dizer o seguinte: O CMS é um órgão oficial, precisa funcionar, eu tenho que arranjar local
115 para o Conselho se reunir, enquanto Secretário, nós temos que criar as condições mínimas para o seu
116 funcionamento, previsto em Lei, eu tenho que arranjar vales transporte para o Conselho, pagar viagens para
117 Encontros e Seminários fora do Estado, eu tenho que avaliar, se ficar em hotel três, quatro estrelas ou
118 hospedagem, eu tenho de discutir isso, enquanto gestor, e tenho que ter autoridade para isso, se não a coisa
119 perde o controle, se não o próprio prefeito fica sem poder para dirigir a Secretaria. O Secretário é responsável
120 para dizer que tem que vir tantos médicos que estão em outros órgãos para atender nos Postos de Saúde e
121 assume compromisso político disso. Suponhamos que o Conselho fosse contra o Secretário, solicitar os
122 médicos que estão a disposição de outros órgãos, 92 médicos saírem de Santa Casa e voltarem para os nossos
123 Centros de Saúde, e a decisão do Secretário, que enfrenta a Santa Casa, as pessoas que já acomodaram no
124 serviço lá, recebendo do município, são bons profissionais, que devem voltar para os nossos serviços, mas
125 essa decisão é do Secretário. Suponhamos que o Conselho fosse contra essa decisão, o Secretário teria que
126 obedecer? Não, a autonomia do Conselho é relativa, igual autonomia do Secretário também, mas dizer sobre
127 essa decisão, é uma decisão gerencial do Secretário, não é atribuição do Conselho, o Conselho pode até nos
128 ajudar sobre isso, dá apoio ou ser contra, se o Conselho fosse contra eu ia chamar do mesmo jeito, porque
129 isto é uma responsabilidade política gerencial, executivo e eu assumo essa responsabilidade. A nossa
130 obrigação é arrumar um funcionário que possa assessorar, administrativamente que possa ajudar ao CMS
131 funcionar, essa é nossa missão e vamos colocar um funcionário de 40 horas semanais, esse compromisso está
132 assumido, nós podemos aceitar sugestões do CMS, podemos aceitar ou não aceitar, isso é função do
133 Secretário, para o Secretário isso não significa autoritarismo, nem nada, cada um tem que assumir sua
134 responsabilidade e nós assumimos a nossa, neste sentido que foi feito essas modificações e sendo feita a
135 substituição da Rosalina. O conselheiro Garcia coloca que ele sempre insistiu para que a Rosalina fosse
136 contratada para ajudar os Conselhos de Saúde do interior do estado. O conselheiro João Athayde coloca que
137 hoje estamos aqui ouvindo atentos todas as justificativas e intervenções, a nossa luta tem sido na preservação
138 do Conselho, não foi nossa vontade, não pelo poder institucional, o Conselho foi criado não pela vontade do
139 executivo, sim pelo movimento popular que queria um Conselho deliberativo, consultivo para fiscalizar e
140 deliberar sobre a política de saúde, falou palavras de admiração a Rosalina pela sua postura e não aceitar a
141 fazer os dois papéis propostos pela SMSA, falou que a postura do Secretário aqui foi de autoritarismo que já
142 é de sua natureza, e disse que não podemos concordar com o secretário na relação com o Conselho e garantir
143 também a nossa autonomia, elogiou a civilidade da reunião, colocou que temos fazer uma distinção, qual o
144 papel do CMS e do gestor, declarou favorável à manutenção de uma assessoria ao CMS. O conselheiro José
145 Bonifácio, acha que houve confusões nas justificativas das pessoas que aqui falaram, a função do Secretário
146 e do Presidente do CMS é executar as deliberações do CMS e não inverso, acha fundamental o CMS ter uma
147 assessoria, levantou o problema do atraso das atas, que não está aqui para serem analisadas e aprovadas pelo
148 Conselho, a assessoria tem que ter o perfil do Conselho e escolhida pelo Conselho e o Conselho avaliar o
149 andamento da assessoria. O conselheiro Garcia pergunta se é contratado a assessoria ou requisitado junto ao
150 quadro de funcionários da prefeitura. A primeira secretária Sônia faz a leitura do artigo do Regimento
151 Interno da SMSA, esclarecendo ao conselheiro Garcia. A Diretora do Distrito Noroeste, informa que a
152 Secretaria Executiva do Conselho Distrital de Saúde Noroeste é a Secretaria Executiva do Distrito Sanitário,
153 explica que a Secretaria Executiva é Administrativa e Burocrática. O secretário geral Roberto, informa que a
154 Secretaria apresenta um funcionário e CMS apresenta outro e a plenária decide, em seguida passa para o
155 terceiro ponto de pauta que é o esclarecimento do Secretário Municipal de Saúde sobre a devolução do
156 funcionário Paulo Roberto Venâncio de Carvalho ao DMS. A conselheira Laraene disse que esse ponto não
157 estava na convocação. O conselheiro João Athayde explica que o secretário pediu na reunião passada e a
158 mesa colocou. O conselheiro José Bonifácio sugere que este ponto seja remetido para a próxima reunião. O
159 conselheiro João Athayde justifica que seria importante o esclarecimento do Secretário. O conselheiro José
160 Osvaldo esclarece que houve uma falta de comunicação da Mesa com a Secretaria Executiva, sobre a não
161 colocação no telegrama deste ponto de pauta. O conselheiro Paulo Roberto Carvalho propõe a inversão do
162 terceiro ponto para o quarto ponto de pauta. A diretora do Distrito Sanitário Nordeste, Luzia Salim Luzita

163 coloca sua indignação sobre o que está acontecendo no CMS, em vez de se discutir os problemas de saúde,
164 estão discutindo casos individuais. O conselheiro Cornellis propõe inversão de pauta. O Secretário Municipal
165 de Saúde, Marílio Malagutti pede para explicar neste momento porque tem uma reunião com o prefeito às
166 17:00 horas. A primeira secretária Sônia coloca em votação as seguintes propostas: 1 – manter a pauta; 2 –
167 inversão de pauta, proposta 1 com 14 votos, proposta 2 com 16 votos, vencedora a proposta de inversão de
168 pauta. A discussão a seguir sobre a mesa diretora. A diretora do DISANE, Luzia Salim, coloca que o
169 regimento do Conselho fala que o presidente deve ser o Secretário de Saúde, não é o momento de discutir a
170 substituição do presidente, dizendo que é causuismo político, diz que está a véspera de uma Conferência,
171 essa modificação possa se dar sem maiores traumas, com mais discussão, defende essa discussão na VI
172 Conferência. O conselheiro Luciano Eloy disse que a discussão sobre a Mesa Diretora e não como foi
173 veiculado nos meios de comunicação de que hoje o Secretário de Saúde seja destituído do cargo de
174 presidente, defende que essa questão seja discutida na VI Conferência Municipal de Saúde. O conselheiro
175 Antônio Carlos defende que a discussão sobre a Mesa Diretora seja hoje. Coloca que o esvaziamento do
176 CMS e pela pouca participação da Secretaria. O conselheiro Antônio Gomes coloca que estamos fazendo
177 uma avaliação precipitada e defende que essa discussão seja feita na VI Conferência de Saúde, fez elogio ao
178 Secretário de Saúde dizendo que o Centro de Saúde do seu bairro está ótimo com a volta de vários médicos
179 para a unidade. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho esclarece que a Conferência é para
180 discutir o Modelo Assistencial de Saúde de BH, coloca que ninguém tem nada contra a Mesa Diretora,
181 problema é a pessoa política do Secretário Municipal de Saúde, porque o desrespeito que ele tratou este
182 Conselho, o tempo todo eu pergunto, qual foi a deliberação deste Conselho que ele encaminhou, o que este
183 Conselho representa no âmbito nacional, o que foi feito do Controle Social na saúde, nada só foi desrespeito,
184 criticou a forma como está sendo implantado o BH-Saúde, pela ética, pelo Controle Social, pela história do
185 SUS em BH, pelo que representa BH no cenário Nacional, nós temos que destituir essa pessoa, chamada
186 Marílio Malagutti do CMS, hoje ele não tem mais condição de ficar, porque ele faz com esse Conselho aqui,
187 o que ele está fazendo com o SUS em BH, pela dignidade dos trabalhadores e dos usuários de BH fora
188 Malagutti já. O conselheiro Cornellis coloca que a legislação não coloca com clareza a relação dos
189 Conselhos com as Secretarias de Saúde, tem mais é diretrizes gerais, esta relação vai depender da praticidade
190 do Conselho e da Secretaria de Saúde, coloca que a prática está meio confusa de ambos os lados, coloca que
191 a Secretaria entrou numa certa paranóia política e por outro lado o CMS também, e com isso nós saímos do
192 nosso papel principal, defende que não devemos tratar essa questão de forma emocional, pensar com muito
193 cuidado e clareza. A conselheira estadual Fátima Regina, defende que não devemos protelar a discussão e
194 resolvermos hoje o problema do CMS, defende que devemos discutir a questão da Mesa Diretora, coloca que
195 nós estamos aqui é discutindo a presidência do CMS e não a figura do Secretário Marílio Malagutti. O
196 conselheiro Orsini faz uma avaliação pessoal do que o CMS passa hoje, defende a atual administração da
197 SMSA. A conselheira Regina Lemos, traz algumas reflexões sobre essa situação, acha que o CMS tem que
198 ter maturidade suficiente para estar discutindo questões importantes para o seu funcionamento, é importante
199 que o Secretário esteja presente na Mesa Diretora para encaminhar as deliberações do CMS e defende que
200 essa discussão seja remetida para a VI Conferência. O conselheiro João Athayde lembra a todos que estamos
201 discutindo a Mesa Diretora e não a SMSA, estamos propondo que a presidência fique vaga e depois
202 discutirmos a presença do gestor na Mesa Diretora. Após uma breve discussão no plenário se abria mais
203 inscrições de fala ou partir para o encaminhamento, foi aberto mais cinco inscrições. O conselheiro Antônio
204 Amâncio fala que o CMS vive um momento triste da sua história e faz discurso de repúdio ao movimento
205 radicalistas que querem destituir o cargo de presidente do CMS, o Secretário Marílio Malagutti e defende o
206 presidente do CMS pelo seu trabalho. O conselheiro Paulo Roberto de Souza Lima, faz uma defesa veemente
207 da discussão ser remetida aos conselhos distritais, locais e seu fechamento na VI Conferência. A conselheira
208 Joana critica a ausência do presidente nas reuniões do CMS defendeu que a discussão seja feita hoje. O
209 conselheiro Geraldo Mossem, colocou-se temeroso com a saída do Secretário da presidência e coloca que
210 querem é tirá-lo também da SMSA por questões partidárias e corporativas. A conselheira Anadil disse que a
211 primeira a defender a renúncia do Secretário, criticou o secretário dizendo que ele não é diplomático, mas
212 ofendeu o CMS em alguns momentos, disse que o presidente se retratar de suas falas, ela pode mudar seu
213 voto, do contrário é pela saída dele da presidência. O presidente do CMS, Marílio Malagutti coloca que
214 particularmente tem cumprido normalmente as funções na SMSA e devo continuar cumprindo, enquanto
215 continuar com a confiança do prefeito, do ponto de vista que considero de interesse público em relação à
216 presidência ou não do CMS, não desmerecendo o CMS, eu nunca particularmente pleitei ser o presidente, eu

217 posso continuar sendo presidente se vocês acharem que devo ser o presidente será uma honra, posso sair se
218 vocês acharem que devo sair, não articulei com distritos e nem com partidos políticos a minha continuidade
219 na presidência do CMS, coloca que sendo presidente posso colaborar mais de perto com a gestão do CMS,
220 tem muito pouco tempo, pois a Secretaria me absorve muito, não é de vida ou morte continuar na presidência
221 do CMS, pode ser para algumas pessoas ou alguns grupos, ninguém aqui está propondo a saída minha da
222 presidência, porque sou corrupto, porque não trabalho, não defendo interesse do povo, ninguém falou isso,
223 fala-se a respeito de resoluções não encaminhadas e não apresentavam as resoluções, defende que tem
224 encaminhada as resoluções do CMS, que não está disputando a presidência do CMS, as reuniões que posso
225 participar venho pessoalmente as outras sempre tem um representante, o Secretário Adjunto ou algum outro
226 Técnico da SMSA, nunca denegri a imagem do CMS, disse sim, que os Conselhos, Câmara Municipal
227 tornam-se palco de disputa política que isso impede a própria participação do povo na gestão da coisa
228 pública, é necessário auto crítica dos grupos e partidos políticos em relação a esta questão, a questão da
229 presidência interessa a grupos que as manchetes dos jornais da cidade darem o ipcheament do secretário da
230 presidência do CMS, isto é simbólico já que não podem tirá-lo da Secretaria, porque não é objetivo e desejo
231 do prefeito de BH, Dr. Célio de Castro, disse que tem desempenhado bem as funções na Secretaria. O
232 secretário geral Roberto dos Santos, encaminha as propostas de um conselheiro defender a destituição do
233 presidente e o outro defender a manutenção do atual presidente. O conselheiro João Athayde defendeu a
234 destituição do atual presidente e o conselheiro Paulo Roberto Souza Lima defendeu a manutenção do atual
235 presidente. A primeira secretária, Sônia coloca em votação as seguintes propostas: 1 – a favor da saída do
236 Secretário Municipal de Saúde da presidência do CMS/BH; 2 – Contra a saída do Secretário Municipal de
237 Saúde da presidência do CMS/BH, foi feita a votação sendo a proposta 1 com 19 votos e proposta 2 com 12
238 votos e 02 abstenções, vencida a proposta 1 – saída do Secretário Municipal de Saúde Marílio Malagutti da
239 presidência do CMS/BH, a partir desse momento a presidência ficou vaga. Em seguida passa para o quarto
240 ponto de pauta que é o esclarecimento do Secretário Marílio Malagutti sobre a devolução do funcionário
241 Paulo Roberto Venâncio Carvalho ao DMS. O Secretário Marílio disse que o conselheiro Paulo Roberto
242 Venâncio Carvalho é servidor municipalizado e estava à disposição da PBH, lotado no Almoxarifado e só
243 tomei medidas após as informações do Almoxarifado, só estou esclarecendo porque o CMS solicitou
244 esclarecimentos, considero essa decisão, como decisão administrativa, devido a vários documentos que
245 chegaram dos Sindicatos e do próprio Conselho, lê a carta pedindo a substituição do funcionário “Senhor
246 Secretário, venho por meio deste fornecer maiores esclarecimentos a respeito da solicitação de substituição
247 do funcionário Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, MASP 38.262.17/9 que desempenha a função de
248 Auxiliar de Produção na Farmácia de Manipulação da SMSA, segue abaixo os motivos que determinaram
249 essa solicitação, o processo produtivo da Farmácia de Manipulação é organizada através de emissão de folha
250 de processo para cada lote manipulado, onde são relacionados todos as matérias primas que compõem o lote,
251 bem como, a técnica de fabricação, descrevendo detalhadamente todas as etapas de produção a serem
252 seguidas, essas técnicas foram definidas e válidas através de estudos e testes realizados pelos técnicos
253 responsáveis pela farmácia, o funcionário citado várias vezes modificou as técnicas de fabricação descritas
254 nas folhas de processo, alterando os procedimentos operacionais, sem o conhecimento e muito menos
255 autorização da chefia, exemplo, modificou a técnica de fabricação de detergente hospitalar, alterou a ordem
256 de adição de matérias primas, modificou a técnica de fabricação de desinfetante de Pinho, alterou a ordem
257 de adição de matérias primas e a mistura de componentes, modificou a ordem de adição de matérias primas
258 de sabonete líquido, ocasionando precipitação de tenso ativos, levando alteração do produto final, uma vez
259 questionado sobre o motivo dessas alterações, justificou que estava tentando desenvolver uma nova fórmula,
260 com um processo produtivo mais rápido. É importante salientar que, em nenhum momento foi delegado ao
261 funcionário autonomia para fazer e realizar alterações, após a ocorrência de cada fato, esse foi advertido
262 verbalmente e esclarecido da gravidade dessas ações, pois as alterações poderiam causar sérios danos aos
263 usuários além disso por mais de uma vez o funcionário ultrapassou a autoridade da chefia, ignorando todo o
264 trabalho realizado pelos responsáveis técnicos no desenvolvimento dessas formulações. Segundo:
265 autoritarismo durante um vazamento de Hipocloreto de Sódio foi relatado por dois auxiliares de produção
266 que trabalhava junto com o funcionário em questão que o mesmo estava esvaziando o produto
267 incorretamente, quando um dos auxiliares questionou que o esvaziamento não estava sendo feito
268 corretamente, o funcionário disse que ele era responsável pela manipulação daquele lote de produção e que
269 independentemente se tivesse correto ou não o processo produtivo deveria ser realizado como ele
270 determinasse, acreditamos que essa conduta é inadmissível, uma vez que, ele foi autoritário com os colegas

271 de trabalho, colocou em risco a qualidade do produto, responsabilizando pela produção sem autorização dos
272 responsáveis técnicos diante do exposto acima, por várias vezes o funcionário ultrapassou a autoridade da
273 chefia, colocou em risco a produção e os usuários foi advertido verbalmente e foi solicitado a não repetir
274 mais essas ações, este fato deixou claro que o mesmo é incapaz de cumprir determinações da chefia, em vista
275 disso, solicitamos a sua saída, pois, não existe mais confiabilidade no trabalho desenvolvido por esse
276 funcionário, sem mais para o momento, colocamos a sua disposição para quaisquer esclarecimento. Assinam
277 Farmacêuticos Sérgio Fernandes de Oliveira e Mário Lúcio Rodrigues – Farmácia de Manipulação da
278 SMSA”, tem uma outra carta falando da ausência frequente do funcionário ao trabalho. O secretário geral
279 Roberto Santos passa a palavra ao conselheiro Paulo Roberto Carvalho. O conselheiro Paulo Roberto
280 Venâncio de Carvalho fala que o grande problema é que essa questão dessa discussão, nunca e nenhum
281 momento eu coloquei a questão obviamente da transferência da Farmácia, porque estas questões tem que ser
282 apuradas e discutidas, primeiro ponto o que eu questionei é o que está na carta que deixei na SMSA é a
283 seguinte: “ A desmunicipalização como é que se dá, a Municipalização de um funcionário se dá perante a
284 assinatura das duas partes e a desmunicipalização também se dá quando peço a desmunicipalização, quando
285 aconteceu a municipalização o processo se estendeu para todo o estado, aí até o que causou no governo
286 atrasado colocar a seguinte forma, uma portaria 966 que dá a todo funcionário o direito de defesa na
287 Comissão paritária, tudo bem, acho que foi colocado aqui algumas coisas que parece que até o momento não
288 foi repassado, na segunda-feira, procurei o Recursos Humanos, esse relatório não está lá no RH, estou
289 sabendo agora aqui e tem uma instância própria a qual eu tenho que me defender que chama de comissão
290 paritária e essa questão é a instância certa, outra coisa, eu sou o único julgado, no momento onde eu tenho
291 que me defender, acho que a Secretaria deveria nomear seu representante na Comissão Paritária e lá que é o
292 fórum de discussão, se quiser discutir isso no CMS é outra discussão, agora o Secretário trazer essa discussão
293 aqui agora para o plenário é no mínimo esquisito. Em seguida a Dr^a Maria da Glória do serviço de Controle
294 e Avaliação da SMSA, coloca que foi editado uma portaria do Ministério da Saúde, quando o Sistema de
295 Referenciamento Estadual de Gestantes de Risco, foi criado uma Comissão pela Secretaria de Estado da
296 Saúde, nós não participamos, foram tirados 15 hospitais públicos que vão ser referência terciária ou
297 secundária, para gestantes de riscos, tem vários critérios, já tenho as documentações e vou repassar para o
298 CMS, coloca que o CMS necessita aprovar o projeto para quatro unidades em BH: Maternidade Odete
299 Valadares, HOB, HJK, HC, o total de verbas é de sete milhões de reais, 30% vem para BH e o restante para
300 as 11 unidades do interior de Minas, a verba é para compra de equipamentos para as maternidades que atende
301 as gestantes de riscos, que o CMS discuta a questão. A mesa diretora encaminha a questão para CTCA. Em
302 seguida há algumas intervenções referentes ao esclarecimento do secretário sobre o funcionário Paulo
303 Roberto Venâncio de Carvalho, intervenções estas, criticas a condução do processo pela SMSA, não
304 respeitando os tramites administrativos e no final da reunião a presidente do Conselho Distrital Oeste, leu
305 uma moção de repúdio à SMSA pela forma como vem sendo implantado o BH-Saúde na Região Oeste “BH,
306 17/03/99, Ao CMS/BH, O conselho Distrital de Saúde Oeste, em reunião extraordinária realizada no dia
307 15/03/99, repudia firmemente a maneira pela qual a SMSA vem conduzindo a discussão para a
308 implementação do Projeto BH-Saúde, onde os fóruns de representação popular vem sendo sistematicamente
309 desrespeitados, através desta atitude da Secretaria, cientes que este projeto visa a melhoria das condições de
310 vida e saúde da população, exigimos por considerar essencial a participação do segmentos de Controle
311 Social, nessa discussão que o CMS represente esse segmento, participando com representantes, usuários e
312 trabalhadores, escolhidos em plenária do CMS, dos grupos de discussão, elaboração e implementação do
313 BH-Saúde. Atenciosamente, Anadil Benedita Ruhnau. Tendo o plenário destituído o presidente do CMS, o
314 Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti de Mendonça, a função do presidente em exercício passa
315 para o secretário geral Roberto dos Santos, em sequência a 1ª secretária passa para exercer a função de
316 secretária geral Sônia Santos, o 2º secretário passa exercer a função de 1º secretário João Athayde Torres
317 Valadares, ficando vago a 2ª secretaria, conforme determina o Artigo 29 do Regimento Interno do CMS/BH.
318 Às 18:30, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida
319 e aprovada, será assinada pela presidente e pelo secretário geral. Belo Horizonte, 18 de março de 1999.
320 JOM/vld